

A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 2

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 2

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	<p>A educação no âmbito do político e de suas tramas 2 [Recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (A educação no âmbito do político e de suas tramas; v. 2)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-865-6 DOI 10.22533/at.ed.656192312</p> <p>1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Políticas públicas. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.81</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas” foi pensado de modo que pudesse reunir pesquisas sobre educação de diversas partes do Brasil. Fazendo um apanhado de discussões atualizadas e apresentando um conjunto de resultados e experiências inovadoras, visando contribuir com a educação, sobretudo, no âmbito político e suas tramas.

São 122 artigos divididos em 4 Volumes sendo que, **neste Volume 2**, os temas selecionados foram Educação e Inclusão Escolar e Social, Arte e Cultura, Saúde e Educação. São 31 artigos que chamam para um diálogo provocante e construtivo. O índice é um convite a leitura.

No **Volume 1**, os artigos foram reunidos em torno de temáticas voltadas para Educação Infantil, Ensino Médio, Educação Superior e Ambiente Virtual de Aprendizagem, totalizando 33 textos inéditos.

No **Volume 3**, são 18 artigos em torno da temática Interdisciplinaridade e 11 artigos relatando propostas e experiências sobre Administração Escolar.

Fechando esta edição, no **Volume 4** trazemos 29 artigos divididos entre as temáticas da Formação Continuada, Formação para a Cidadania, Formação Docente e Leitura e Educação.

Sejam bem-vindos ao e-book “A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas”.

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR E SOCIAL

CAPÍTULO 1	1
A CORRENTE VYGOTSKYANA: UMA RESPOSTA À INCLUSÃO ESCOLAR?	
Rosmarí Deggerone Fernanda Ceolin Teló	
DOI 10.22533/at.ed.6561923121	
CAPÍTULO 2	12
A EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: UM PROCESSO DE HUMANIZAÇÃO PELA APROPRIAÇÃO DA CULTURA	
Caroline Andrea Pottker	
DOI 10.22533/at.ed.6561923122	
CAPÍTULO 3	25
A ESCOLA COMO ESPAÇO DE DISCUSSÃO SOBRE A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR	
Raphaela Ferraz Figueiredo João Diógenes Ferreira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6561923123	
CAPÍTULO 4	37
A ESCRITA DO SUJEITO SURDO: REFLEXOS DA ORALIDADE EM “SINAIS”	
Angela Lemos de Oliveira Christianne Benatti Rochebois	
DOI 10.22533/at.ed.6561923124	
CAPÍTULO 5	53
A FAMÍLIA E A ESCOLA: CONECTANDO SABERES NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM	
Marcele Rickes Ana Paula de Almeida Sabrine de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.6561923125	
CAPÍTULO 6	62
A INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO: POSSIBILIDADES PARA A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E A AMPLIAÇÃO DA CIDADANIA	
Júlia Aparecida Costa Martins Flores Thaesa Jesana da Silva Bacellar	
DOI 10.22533/at.ed.6561923126	
CAPÍTULO 7	73
A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM ALBINISMO NOS SISTEMAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES SOBRE ASPECTOS DA DIVERSIDADE HUMANA	
Nivaldo Vieira de Santana	
DOI 10.22533/at.ed.6561923127	

CAPÍTULO 8	86
ALFABETIZAÇÃO PARA AS DIVERSIDADES: UM APONTAMENTO DAS VULNERABILIDADES DENTRO DA ESCOLA	
José Henrique Monteiro da Fonseca Degmar Francisca dos Anjos Jessika Karoliny Ostelony da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6561923128	
CAPÍTULO 9	94
AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DA ESCOLA E EDUCAÇÃO EM MEIO AS DESIGUALDADES SOCIAIS	
Andreia Moro Chiapinoto Juciane Severo Corrêa	
DOI 10.22533/at.ed.6561923129	
CAPÍTULO 10	106
DESENVOLVIMENTO INFANTIL DO AUTISTA, BARREIRAS E CONQUISTAS NA INCLUSÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO	
Jaluza das Neves Alves Fernandes Claudete Lima Elisandra da Silva Paz Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.65619231210	
CAPÍTULO 11	112
EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS: DESAFIOS DE UMA APRENDIZAGEM INCLUSA	
Jéssica De Oliveira Giroto Adriana Maria da Silva Costa	
DOI 10.22533/at.ed.65619231211	
CAPÍTULO 12	123
INCLUSÃO NA SALA DE AULA: PREMISSA PARA UM MUNDO IGUALITÁRIO	
Sandra Berro Maia Andréa Magale Berro Vernier Alan Pedroso Leite Bárbara Gehrke Bairros Émerson Juliano dos Santos Silva	
DOI 10.22533/at.ed.65619231212	
CAPÍTULO 13	134
O PROCESSO DE TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS NO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFSM: ESTRATÉGIAS INTERVENTIVAS PARA O FORTALECIMENTO DE UMA EDUCAÇÃO CIDADÃ E DEMOCRÁTICA	
Thaesa Jesana da Silva Bacellar Júlia Aparecida Costa Martins Flores	
DOI 10.22533/at.ed.65619231213	
CAPÍTULO 14	145
PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL POR MEIO DE JOGO EDUCACIONAL	
Tiago Francisco Andrade Diocesano Carla Diacui Medeiros Berkenbrock	
DOI 10.22533/at.ed.65619231214	

CAPÍTULO 15 159

REFLEXÕES SOBRE A INVISIBILIDADE DO NEGRO NAS ESCOLAS DO CAMPO

Carlos dos Santos Viana
Marcelino Pinheiro dos Santos
Maura Gleide Lima dos Santos
Jussara Tânia Silva Moreira
Diego Pita Ramos

DOI 10.22533/at.ed.65619231215

CAPÍTULO 16 172

REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DA MATEMÁTICA NA VISÃO DE ALUNOS SURDOS

Renata Aparecida de Souza
Jórcelia Erminia da Silva Carneiro
Cláudia Landin Negreiro
Maria Elizabete Rambo Kochhann

DOI 10.22533/at.ed.65619231216

CAPÍTULO 17 184

SÉCULO XXI: A REDENÇÃO...

Armando Guimarães Nembrí

DOI 10.22533/at.ed.65619231217

CAPÍTULO 18 194

A ARTE MOVIMENTO: CONSTRUÇÕES DE OFICINAS/VIVÊNCIAS NA ESCOLA

Edisio Pereira da Silva Luz Júnior
Joyce Fernandes Prates
Carmem Virgínia Moraes da Silva

DOI 10.22533/at.ed.65619231218

ARTE E CULTURA

CAPÍTULO 19 207

A TEORIA DA REPRODUÇÃO CULTURAL DE PIERRE BOURDIEU APLICADA A HISTÓRIA DO ENSINO NO BRASIL: DOS PRIMÓRDIOS DA EDUCAÇÃO ATÉ A DÉCADA DE 1990

Cláudia Regina Paese

DOI 10.22533/at.ed.65619231219

CAPÍTULO 20 221

ATIVIDADES CIRCENSES COMO CONTEÚDO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Jarbas Pereira Santos
Daniel Ewerton Mendes
Marilda Teixeira Mendes
Michela Abreu Francisco Alves
Kamila Rodrigues Silva
Ketile Angélica Silva

DOI 10.22533/at.ed.65619231220

CAPÍTULO 21 234

ATOS E AFETOS : CONCEITOS FREIRIANOS AO ENCONTRO DO FAZER TEATRAL DE ARTISTAS DE GRUPOS DE TEATRO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO FORMAL

Barbara Leite Matias

DOI 10.22533/at.ed.65619231221

CAPÍTULO 22	246
DIÁLOGOS ENTRE ENSINO DE CIÊNCIAS E MULTICULTURALISMO: UM LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO NOS ENPECS (1997-2015)	
José Elyton Batista dos Santos Dagmar Braga de Oliveira Manoel Messias Santos Alves Bruno Meneses Rodrigues Willian Lima Santos	
DOI 10.22533/at.ed.65619231222	
CAPÍTULO 23	258
DIMENSÕES DA QUALIDADE EDUCACIONAL NA REDE MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO: O PROJETO ESCOLA E MUSEU COMO UMA PONTE ENTRE AS FORMAÇÕES ACADÊMICA E CULTURAL COM FOCO EM EQUIDADE	
Priscila Matos Resinentti Cristina Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.65619231223	
CAPÍTULO 24	272
EDUCAÇÃO MUSICAL EM ESCOLAS PÚBLICAS: A DIFERENÇAS ENTRE A CULTURA MUSICAL DE ALUNOS E PROFESSORES	
Luanna Aparecida Batista da Fonseca Rodrigo Cavalcante da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.65619231224	
CAPÍTULO 25	279
LETRAMENTO CULTURAL: DISPOSITIVO DE DESCONSTRUÇÃO E DENÚNCIA	
Erika Nunes de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.65619231225	
CAPÍTULO 26	292
O BEIJU COMO FONTE DE SEGURANÇA ALIMENTAR E FORTALECIMENTO DA CULTURA	
Neuza França da Silva Valdinéia Ferreira dos Santos Piasson	
DOI 10.22533/at.ed.65619231226	
CAPÍTULO 27	304
ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DAS COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO PERÍMETRO URBANO DE CAMPO GRANDE/MS EM 2016	
Lucimara De Oliveira Calvis Airton Aredes	
DOI 10.22533/at.ed.65619231227	
CAPÍTULO 28	318
TRATAMENTO E GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS QUÍMICOS DE LABORATÓRIOS ESCOLARES: CONCEITOS BÁSICOS E NECESSIDADE DE CONSCIENTIZAÇÃO	
Sérgio Giacomassi	
DOI 10.22533/at.ed.65619231228	

SAÚDE E EDUCAÇÃO

CAPÍTULO 29	324
REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE ALIMENTAÇÃO E HÁBITOS ALIMENTARES DE MORADORES DE CONJUNTO HABITACIONAL POPULAR	
Carmelita Rikelly Santos de Souza	
Elza Francisca Corrêa Cunha	
Elizabeth Lustosa Costa	
Ingrid Stefanny Santos da Conceição	
DOI 10.22533/at.ed.65619231229	
CAPÍTULO 30	338
EDUCAÇÃO E SANEAMENTO BÁSICO: O QUADRO BRASILEIRO E SEUS REFLEXOS SOBRE O ENSINO	
Joanna Ísis Chaves Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.65619231230	
CAPÍTULO 31	350
NOVAS CONCEPÇÕES NA GESTÃO DA ÁGUA: UMA EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS	
Clovis Gorczewski	
Micheli Capuano Irigaray	
DOI 10.22533/at.ed.65619231231	
SOBRE O ORGANIZADOR	363
ÍNDICE REMISSIVO	364

O PROCESSO DE TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS NO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFSM: ESTRATÉGIAS INTERVENTIVAS PARA O FORTALECIMENTO DE UMA EDUCAÇÃO CIDADÃ E DEMOCRÁTICA

Data de aceite: 04/12/2018

Thaesa Jesana da Silva Bacellar

Mestranda em Gestão de Organizações Públicas na UFSM. Assistente Social servidora do Departamento de Serviço Social da UFSM.
Santa Maria - Rio Grande do Sul.

Júlia Aparecida Costa Martins Flores

Graduanda de Direito pela UFSM. Assistente Social servidora do Departamento de Serviço Social da UFSM.
Santa Maria - Rio Grande do Sul.

RESUMO: A inserção do assistente social em espaços educacionais se faz uma realidade cada vez mais necessária em meio ao cenário de desmonte de direitos sociais pelo qual a sociedade brasileira passa. Dessa forma, compreende-se o profissional de Serviço Social como potencializador da construção de uma Educação mais cidadã, na qual o acesso e a permanência nesses espaços sejam respeitados. A Educação de ensino superior, tradicionalmente elitista no contexto brasileiro, não foge a essa realidade, corroborando, assim, para que os assistentes sociais sejam protagonistas de uma Educação mais equânime e de qualidade. Dessa forma, é de suma importância realizar uma análise dos

novos espaços sócio-ocupacionais em que o assistente social tem se inserido no âmbito da Educação. Assim, o artigo versa sobre a atuação das assistentes sociais no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria, nicho recente de trabalho no estado do Rio Grande do Sul e no País, bem como sobre seu papel no debate da garantia à Política.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Serviço Social. Assistente Social na Educação.

THE SOCIAL ASSISTANT'S WORKERS PROCESS IN THE UFSM SOCIAL SERVICE DEPARTMENT: INTERVENTIVE STRATEGIES FOR STRENGTHENING A CITIZEN AND DEMOCRATIC EDUCATION

ABSTRACT: The insertion of the social worker in educational spaces becomes an increasingly necessary reality in the middle of the scenario of dismantling of social rights by which Brazilian society passes. In this way, the Social Work professional is understood as a promoter of the construction of a more citizen education, in which access and permanence in these spaces are respected. Higher education, traditionally elitist in the Brazilian context, does not escape

this reality, thus corroborating, so that social workers are protagonists of a more equitable and quality education. Thus, it is extremely important to carry out an analysis of the new socio-occupational spaces in which the social worker has been inserted in the scope of education. Thus, the article deals with the role of social workers in the Department of Social Work of the Federal University of Santa Maria, recent work in the state of Rio Grande do Sul and in the country, as well as its role in the debate on the guarantee to the Policy.

KEYWORD: Education. Social Service. Social Worker in Education.

INTRODUÇÃO

A interlocução do Serviço Social na Educação perpassa o princípio da profissão; sua origem é relacionada à igreja católica e à atuação com vistas à adequação da classe trabalhadora às demandas em prol do progresso industrial no Brasil. Com o amadurecimento da profissão no Brasil, foram se modificando as práticas executadas por esse profissional, assim como se alinhou a formação às demandas emergentes da realidade (IAMAMOTO, 2014).

O assistente social atua, principalmente, nas políticas públicas, sendo compreendidas como respostas estatais às requisições da sociedade. Nesse sentido, a política pública de Educação objetiva a promoção da igualdade e dos princípios da cidadania, conforme consta no artigo 205 da Constituição Federal brasileira (BRASIL, 1988). Assim, esse profissional passa a ser requisitado gradativamente a atuar no contexto educacional, com atribuições e competências que ultrapassam a relação pedagógica tradicional das instituições de ensino.

Cabe destacar que, a partir da reforma gerencial do Estado brasileiro, houve uma série de ajustes na gestão estatal, que ocorreu através do enxugamento de recursos para as políticas sociais, concomitante à busca por melhores índices de qualidade e eficiência (BRESSER PEREIRA, 2000). Essas transformações modificaram também o trabalho do assistente social, sendo esse um profissional capacitado para atuar em todo ciclo das políticas públicas.

Diante dos desafios contemporâneos que os trabalhadores enfrentam inseridos nas políticas sociais, evidencia-se a necessidade do acesso a uma Educação permanente, a fim de qualificar essa mão de obra. O assistente social, enquanto trabalhador especializado, necessita de um constante aperfeiçoamento, princípio previsto no Código de Ética Profissional (CFESS, 1993).

Assim, a universidade apresenta-se como um espaço estratégico, tanto no que diz respeito à potencialidade da formação em impactar nos rumos da categoria profissional, como também um importante instrumento de Educação permanente aos profissionais. Essa interlocução do meio acadêmico com os profissionais inseridos

nas diferentes políticas sociais pode ser viabilizada através de ações de caráter extensionista, bem como através de convênios institucionais de estágio curricular.

Dessa forma, a partir de revisão bibliográfica e de relato de experiência, busca-se socializar e refletir sobre um novo nicho de trabalho do assistente social, baseado em suas atribuições. Respalhada em preceitos legais e fundamentos históricos, o artigo versará sobre o Curso de Serviço Social na UFSM, bem como será problematizada a participação das assistentes sociais no processo de formação acadêmica e suas contribuições por meio da exposição das frentes de trabalho realizadas por essas profissionais: acolhimento aos estudantes, assessoria e consultoria de estágios, desenvolvimento de projeto de extensão e inserção na Assistência Judiciária Gratuita da Universidade.

1 | O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFSM

A Educação, enquanto um complexo constitutivo da realidade, segundo Dallari (1998), é um processo de aprendizagem e de preparação dos indivíduos para a vida em sociedade. Assim, há a reprodução e construção de novos conhecimentos através da troca entre seres humanos, o que nos termos de Marx (1985) é indispensável à formação do ser social.

A profissão do assistente social, regulada pela Lei 8862/1993, possui caráter interventivo na realidade social, e tem como uma de suas prerrogativas a inserção na Política de Educação. Segundo o artigo 5º, constituem como atribuições privativas do assistente social:

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; III - assessoria e consultoria a órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social; V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular; VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação; VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social; IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social; X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social (...) (CFESS, 1993).

Dessa forma, a lei de regulamentação da profissão prevê a atuação do assistente social junto à Política de Educação. Cabe destacar, no entanto, que o caminhar histórico da profissão contou com grandes transformações desde sua origem até a positivação em lei de suas prerrogativas. Portanto, a profissão de Serviço Social é

“resultante dos sujeitos que constroem suas trajetórias e redirecionam seus rumos” (IAMAMOTO, 2012, p. 39).

A construção de novas frentes de intervenção profissional torna-se estratégica para atender as demandas emergentes da realidade, ultrapassando, assim, a lógica meramente instrumental no processo de trabalho do assistente social (GUERRA, 2000). Portanto, os novos espaços ocupacionais do assistente social devem ser estudados e consolidados, de forma a contribuir na busca por respostas profissionais efetivas aos anseios da população usuária, bem como devem ser capazes contemplar às demandas do mercado de trabalho.

Nesse sentido, o curso de Serviço Social da UFSM, a partir da contratação da profissional assistente social, deu um importante passo na busca por uma formação inovadora e de qualidade (UFSM/PPC, 2010). É preciso destacar que a criação do curso, é impulsionado pela necessidade da oferta de formação no interior do estado, qualificando a mão de obra local e regional. Ele surge a partir do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em abril de 2007, pelo Decreto nº 6.096 e é apresentado para as Universidades Federais em 2008. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI) foi executado de 2008 a 2012, objetivando a criação de condições de acesso e permanência no ensino superior de maneira mais democrática, contemplando diferentes segmentos populacionais e promovendo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos das universidades federais. Essa expansão contribuiu na maior oferta de vagas em cursos noturnos, como o Serviço Social da UFSM, corroborando no ingresso de estudantes trabalhadores.

Porém, esse público alvo possui particularidades, as quais a gestão pedagógica e administrativa teve de contemplar em seu planejamento. Com o ingresso de 50 estudantes anualmente, a oferta de campos de estágios para todos os estudantes, alinhados com a Política Nacional de Estágio (PNE) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), tornou-se um desafio.

Assim, em 2015 houve a contratação de uma assistente social, através de concurso público, para atuar na gestão dos estágios obrigatórios e não obrigatórios em Serviço Social. A partir da inclusão dessa profissional no quadro técnico, abriram-se novas frentes e possibilidades de trabalho, tendo por objetivo o alcance da qualidade na formação acadêmica dos discentes, bem como a qualificação dos profissionais de outras instituições que atuam em parceria com o curso, principalmente no que diz respeito ao exercício da supervisão de estágios. Mais tarde, em 2018, houve a nomeação de mais uma assistente social, possibilitando a ampliação das frentes de trabalho executadas por essas profissionais, conforme relato de experiência a seguir.

2 | RELATO DE EXPERIÊNCIA: AS ESTRATÉGIAS INTERVENTIVAS DAS ASSISTENTES SOCIAIS DO DEPARTAMENTO DO SERVIÇO SOCIAL DA UFSM

Diante da atuação das profissionais em um espaço ocupacional inovador no contexto da Política de Educação, buscou-se o estudo da produção teórica existente, bem como dos marcos legais relacionados a profissão. A partir da consulta ao código de ética (CFESS, 1993), da Lei de Regulamentação da Profissão (BRASIL, 1993), das Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social (ABEPSS, 2002) e da Resolução 533 do CFESS (2008), concluiu-se que a atividade era amparada e estimulada pela legislação.

Assim, as profissionais, a partir da leitura da publicação “Subsídios para atuação do Assistente Social na Política de Educação” (CFESS, 2014), compilaram e adaptaram as atribuições e competências do assistente social no departamento de Serviço Social da UFSM, contribuindo com um legado para futuros profissionais do curso, bem como para outras instituições que dispõem desse profissional nesse mesmo espaço ocupacional.

2.1 Estágios em serviço social

O estágio em Serviço Social, segundo a Política Nacional de Estágios em Serviço Social (ABEPSS, 2010) se constituiu como um instrumento imprescindível na formação do estudante, estimulando sua capacidade interventiva, crítica e propositiva, propiciando o aprendizado de elementos concretos que constituem a realidade, capacitando-o para intervir posteriormente como profissional. A materialização do estágio precisa necessariamente ocorrer em concordância com os princípios ético-políticos, previstos no Código de Ética da profissão, bem como ir ao encontro do projeto societário defendido pelo Serviço Social.

Assim, a oferta da disciplina de estágio em Serviço Social possui particularidades do ponto de vista metodológico e legal, demandando da gestão maior atenção e dedicação ao estudo da lei, bem como do fortalecimento dos vínculos entre a universidade e as demais instituições que recebem estagiários do Curso. Inicialmente, o Curso de Serviço Social da UFSM operacionalizava a gestão do estágio por meio da Coordenação pedagógica, com a assessoria de um docente. Porém, com o número progressivo de estudantes em estágio e a expansão de suas demandas, o Curso reconheceu a necessidade da criação de uma Comissão de Estágios, que passaria a ser responsável pela gestão do processo pedagógico e administrativo que envolvia a temática, assim como a assessoria à Coordenação do Curso.

A primeira configuração da Comissão, iniciada no ano de 2015, com a chegada da profissional assistente social, era composta por essa profissional e uma docente.

Após a avaliação do trabalho da Comissão, realizada no Fórum Local de Supervisão de Estágios no ano de 2016, propôs-se a ampliação da Comissão de Estágios. Atualmente, a Comissão é composta por duas técnicas assistentes sociais, duas professores e dois discentes, configurando um titular e um suplente.

Nesse sentido, compete às assistentes sociais em relação à Comissão e à gestão dos estágios obrigatórios e não obrigatórios a articulação de novos convênios, bem como sua manutenção, a fim de preservar a garantia dos preceitos legais do estágio dos discentes; visitas técnicas aos campos de estágio e às instâncias de gestão das políticas públicas; assessoria à Coordenação do Curso e às supervisões acadêmicas e de campo (viabilizando, mediando e fortalecendo a tríade); organização de eventos e capacitações (Mostra de Estágios, Fórum Local de Estágios, Fórum Estadual de Estágios, ações extensionistas, etc.); participação em Conselhos de Direitos e na organização da classe dos assistentes sociais através do Núcleo dos Assistentes Sociais da Região Centro (NUCRESS); diálogo permanente com o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) enquanto instância regulamentadora e fiscalizadora, no que se refere aos estágios e ao exercício profissional; e, por fim, o controle e arquivamento de documentos dos estágios obrigatórios e não-obrigatórios.

Em 2018 houve a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso (UFSM/ PPC, 2010), que alterou o período do estágio na grade curricular, o que implicou na mudança do início do estágio no 7º semestre para o 6º, além de um aumento significativo da carga horária das supervisões acadêmicas e atividades práticas. Assim, em março de 2019, pela primeira vez no do Curso houve duas turmas concomitantes, totalizando aproximadamente 70 estudantes em estágios.

Em decorrência do reconhecimento da presença de muitos estudantes trabalhadores no Curso de Serviço Social e do significativo aumento de horas em estágio, foi criado um projeto de extensão voltado à complementação da carga horária em campo, através de uma abordagem teórico-prática. Considerando o perfil do discente de Serviço Social da UFSM, a coordenação do projeto de extensão pelas assistentes sociais visa garantir a permanência dos acadêmicos no Curso, a conclusão e a formação de qualidade dos alunos regularmente matriculados nas disciplinas de estágio obrigatório I e II. As ações do projeto centram-se na qualificação da inserção dos estagiários nos respectivos campos de estágio, através do estudo e de exercícios práticos sobre os instrumentais do assistente social, no incentivo à participação política e cidadã dos estudantes através da inserção nas instâncias de controle social (viabilizada por meio da participação de reuniões e comissões de Conselhos de Direitos), além do atendimento a demandas da população usuária, principalmente no que diz respeito à parceria estabelecida com o município de Itaara, RS.

O projeto rompe com a dimensão de uma educação tradicional, ilustrada por Paulo Freire como educação bancária (1967). A utilização de temáticas transversais e interlocução teórico-prática potencializam o poder de contextualização dos estudantes, à medida que se trabalha de forma multi e interdisciplinar. Assim, conforme Perrenoud (1999), a partir da concepção de ensino por competências, defende-se essa contextualização e valorização das experiências que extrapolam o âmbito escolar.

O Projeto é estendido aos profissionais assistentes sociais, através de eventos, capacitações e diálogo permanente com a tríade de estágio e com a Universidade; da mesma forma, a comunidade é beneficiada pela qualificação adquirida no Projeto e refletida na melhoria da qualidade dos atendimentos, prestados pelos próprios estagiários e pelos profissionais.

2.2 Atendimentos aos alunos

A chegada da nova profissional assistente social em 2018 possibilitou, além da intensificação das atividades referentes aos estágios, viabilizar melhor acompanhamento e atendimento aos estudantes de Serviço Social. Embora as duas assistentes sociais desempenhem tanto as atividades de estágio quanto do atendimento, foi entendido como pertinente pela gestão que cada uma das profissionais fosse referência de uma atividade específica. Assim, uma é maior encarregada dos atendimentos, enquanto a outra dos estágios.

Os atendimentos são compreendidos como ferramentas de suporte aos alunos, que também podem contar com a assistência estudantil da Universidade e com a rede de proteção do Município. No entanto, considera-se de suma importância a presença de profissionais que acompanhem de maneira mais próxima os alunos. Assim, além de viabilizar o direito do acesso à Educação pública e de qualidade à Universidade, o Curso propicia condições mais favoráveis à permanência desses discentes, visto que muitas de suas demandas são atendidas pelas assistentes sociais. O aluno não pode ser compreendido apenas sob a ótica academicista, necessita que sua realidade e suas especificidades sejam levadas em consideração para que se proporcione um atendimento mais integral. Quanto maior a resolução de demandas dos alunos, menor o índice de evasão, possibilitando que a democratização do ensino superior não ocorra somente através do acesso, mas também da permanência e da conclusão com qualidade (ALONSO, 2018).

Nesse sentido, as profissionais assistentes sociais procuram oferecer e propiciar: realização do perfil dos estudantes do Curso, a fim de que as especificidades dos discentes sejam respeitadas no decorrer dos atendimentos; acolhimento e atendimento aos alunos do Curso de Serviço Social, acolhimento

e resgate de estudantes evadidos, com dificuldade de aprendizagem, com alto índice de repetência, etc.; acompanhamento de alunos com deficiência e indígenas, que necessitem de condições específicas de acessibilidade para permanência e conclusão no Curso; acompanhamento e mediação institucional de estudantes em processo de atividades domiciliares em razão de doença ou gestação de risco; divulgação dos serviços oferecidos pela Universidade, bem como do Município e da Região, a fim de garantir a permanência do estudante na UFSM; e acolhimento das demandas dos alunos em estágio.

Assim, o Curso de Serviço Social é entendido como um espaço privilegiado dentro da Universidade, já que os alunos contam com a presença de duas assistentes sociais no intuito do atendimento de demandas; ao passo que os demais alunos da Universidade (com um total de 28.584, distribuídos em 3 campi e compreendendo os da EaD) contam com um número de 19 assistentes sociais, incluindo os da assistência estudantil, configurando uma proporcionalidade significativamente distinta (SIE, 2019). Portanto, entende-se que os atendimentos aos estudantes configuram, também, como um pilar democrático da Educação, à medida que contribuem para a diminuição da evasão escolar e para a ampliação do acesso a serviços.

2.3 Assistência judiciária gratuita (AJUFSM)

A AJUFSM, Assistência Judiciária Gratuita da Universidade de Santa Maria, foi criada em 1978, com a finalidade de propiciar o estágio obrigatório dos estudantes do Curso de Direito e oferecer serviços gratuitos à comunidade em situação de vulnerabilidade no que tange à área de Direito Civil (com destaque para os atendimentos específicos de Direito de Família). Para ter acesso à assistência judiciária, é necessário que o usuário do serviço atenda critérios socioeconômicos, principalmente ligados à renda, sendo estabelecido um parâmetro de hipossuficiência para custear os gastos com a Justiça, não havendo um consenso quanto ao teto quantitativo de renda do usuário (FONSECA, et al, 2017).

O direito à assistência gratuita está previsto no artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal, cuja redação “*o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos*” garante a todos os cidadãos que tenham o acesso à Justiça (BRASIL, 1988). Dessa forma, o assistente social se constitui como profissional relevante na viabilização desse direito. Assim, por meio da triagem socioeconômica, a assistente social confere ou não o prosseguimento do atendimento na assistência gratuita, levando em consideração, além do fator econômico (objetivo), aspectos que são considerados na condição social do usuário.

Em julho de 2018, foi solicitado que uma das assistentes sociais do Departamento

de Serviço Social desenvolvesse, também, suas atividades laborais na AJUFMS. Além das triagens socioeconômicas, a assistente social procura atender demandas que ultrapassam o âmbito jurídico. Dessa forma, busca-se oferecer um atendimento mais integral possível aos usuários, com o intuito da ampliação de sua cidadania. São articuladas, por exemplo, instituições da rede de proteção social, visto que os sujeitos geralmente estão em situação de vulnerabilidade social e desconhecem muitos de seus direitos:

Portanto, não se trata apenas de uma assistência judiciária, que tenha como objetivo a isenção das despesas oriundas do processo. Mais do que isso, o instituto da assistência jurídica deve proporcionar um serviço jurídico consultivo ao hipossuficiente, assegurando-lhe a cidadania, a dignidade e o respeito à pessoa humana. Com isso, o Estado está promovendo a proteção social do necessitado, conforme enfatiza Silvana Cristina Bonifácio (BRANDÃO, 2009).

Além do atendimento integral aos usuários, os dados provenientes das triagens servem para realizar um perfil dos sujeitos que acessam os serviços da AJUFMS, potencializando o atendimento que respeite suas especificidades. Assim, esses dados podem ser socializados com os demais trabalhadores e estagiários para que eles também conheçam a realidade desses sujeitos, corroborando para que eles tenham um atendimento de qualidade por todos.

Em relação à demanda judicial, destaca-se à ação de alimentos, evidenciando a questão do gênero na atualidade, já que a grande maioria dos pedidos é realizada pelas mães das crianças e adolescentes. Abrir o processo de pensão é, sem dúvida, um ato importante para a garantia dos direitos, mas fatores que extrapolam essa demanda judicial também devem ser considerados e atendidos dentro dos limites de atuação, como, por exemplo, esclarecimentos sobre esse direito, a centralidade da manutenção dos papéis parentais frente à dissolução conjugal, um diálogo que vise à conscientização de que pensão não é moeda de troca, etc. Portanto, a presença de uma assistente social nesse espaço sócio ocupacional possibilita que seja um local voltado para a cidadania, que leva em consideração a integralidade dos sujeitos, respeitando suas complexidades e sua realidade social.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do presente estudo, foi possível concluir que a atuação em cursos e departamentos de ensino em Serviço Social é um importante espaço de trabalho para o assistente social, capacitado para desenvolver suas atribuições e competências no que diz respeito à formação. Cabe ressaltar, no entanto, que essa inserção não é necessariamente limitada aos espaços acadêmicos evidenciando a necessidade desse profissional dialogar com a sociedade, seja através de projetos de extensão, seja no atendimento a demandas da população.

Há, portanto, um significativo embasamento legal para essas atividades, da mesma forma que vai ao encontro do projeto ético-político do Serviço Social, no que diz respeito à busca pela garantia de uma Educação de qualidade e emancipatória. A socialização da experiência obtida na inserção das assistentes sociais junto ao Curso de Graduação em Serviço Social da UFSM através desse artigo, visa contribuir na construção de necessárias referências teóricas e práticas, assim como na consolidação de inovadoras frentes de trabalho. Conclui-se, a partir do exposto, que a inserção de assistentes sociais em cursos de Serviço Social contribui para viabilizar e qualificar o direito social à Educação, tornando-a, de fato, um espaço democrático e acessível a todos.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Política Nacional De Estágio Da Associação Brasileira De Ensino e Pesquisa Em Serviço Social**. ed. revisada, 2010. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf> Acesso em: 08 abr. 2019.

ALONSO, K. M. **A expansão do ensino superior no brasil e a EAD: dinâmicas e lugares**. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/14.pdf>> Acesso em: 03 abr. 2019.

BRANDÃO, Fernanda H. de Vasconcelos. Quem pode ser beneficiário da assistência jurídica gratuita? Portal Jus.com.br. 2009. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/13193/quem-pode-ser-beneficiario-da-assistencia-juridica-gratuita>> Acesso em: 22 fev. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto Nº 6096. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**. Brasília: Abril, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm> Acesso em: 02 abr. 2019.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A reforma gerencial do estado de 1995**. Revista de Administração Pública 34(4), julho 2000: 55-72. Lisboa, 30-31 de março, 2000. Disponível em <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2000/81refgerenc1995-ina.pdf>> Acesso em: 08 de abril de 2019.

CFESS. **Ementa: Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2008. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>> Acesso em: 21 fev. 2019.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2019.

CFESS. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2014. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf> Acesso em: 01 mar. 2019.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998.

FARAH, B. F. **Educação em serviço, educação continuada, educação permanente em saúde:**

sinônimos ou diferentes concepções? Revista APS, v.6, n.2, p.123-125, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/nates/files/2009/12/Tribuna.pdf>> Acesso em: 04 fev. 2019.

FONSECA, Laura R. S. C. M. da; SEBASTIANY, Mariana Marques; DI FIORI, Gecira. **A assistência judiciária da Universidade Federal de Santa Maria como campo de práticas interdisciplinares: reflexões a partir da experiência de estágio em serviço social.** Revista de Ciências Humanas e Sociais. v.3, n.2, ago-dez, 2017. Disponível em: <<http://seer.unipampa.edu.br/index.php/missoes/article/view/23173/8692>> Acesso em: 12 fev. 2019.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social.** Cadernos do Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais, “Capacitação em Serviço Social e Política Social”, Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais, CFESS/ABEPSS- UNB, 2000. Disponível em: <<http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/altineia.neves/instrumentos-e-tecnicas-em-servico-social/guerra-yolonda-a-instrumentalidade-no-trabalho-do-assistente-social/view>> Acesso em: 15 fev. 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro.** 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n120/02.pdf>> Acesso em: 04 fev. 2019

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade.** In: Atribuições privativas do assistente social em questão. 1ª ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política.** São Paulo: Abril Cultural, 1985.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL – Bacharelado Noturno, UFSM. Santa Maria: 2018. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/santa-maria/servico-social/projeto-pedagogico>> Acesso em: 15 abr. 2019.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL – Bacharelado Noturno, UFSM. Santa Maria: 2010. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/servicosocial/index.php/pt-br/curso/ppc?fbclid=IwAR3LfZovwk8xT2PupUdRsAmzI-GS6R7Z3b0HaEGqIMexOYdsaB7Z-W2q1KE>> Acesso em: 18 mar. 2019.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES PARA O ENSINO. **UFSM em números: painel de servidores.** Santa Maria: 2019. Disponível em: <<https://portal.ufsm.br/ufsm-em-numeros/publico/painel.html?jsessionid=e0a4569f9b115034e6a6912d4ac2?categoria=501>> Acesso em: 14 abr. 2019.

SOBRE O ORGANIZADOR

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME - Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus de Arraias. Coordenador Substituto do Curso de Pedagogia. Representante Docente no Conselho Diretor. Membro do Comitê Interno de Assessoramento do Programa Institucional de Iniciação Científica/UFT. Líder do Grupo de Pesquisa/CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia” e membro do Grupo “Laboratório de Formação de professores e práticas dialógicas na Educação- Lapedi - UFT”. Tem Pós-Doutorado em Educação, 2018 (FACED/UFU). Doutor em Educação, 2016 (UNESP/Marília). Mestre em Educação, 2010 (FACED/UFU). Graduado em História, 2007, Bacharelado e Licenciatura (UFU), Bolsista IC/CNPq (08/2004 a 08/2007) integrando ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em História e Historiografia da Educação (NEPHE/FACED/ UFU). Graduado em Pedagogia, 2013, Licenciatura, pela Universidade de Uberaba (UNIUBE). Durante o mestrado, foi bolsista CAPES; Secretário da Revista Cadernos de História da Educação (NEPHE/FACED/UFU); representante Discente no Conselho da Faculdade de Educação (CONFACED); representante Discente nos Conselhos Superiores: CONSUN (Conselho Universitário) e CONPEP (Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação); membro do CONAD (Conselho de Administração do Hospital de Clínicas da UFU); membro da CPAUFU (Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal de Uberlândia); membro da Comissão de Revisão do Estatuto e do Regimento Geral da UFU; eleito Coordenador Geral da APG-UFU (Associação dos Pós-Graduandos da Universidade Federal de Uberlândia) biênio 2008/2009. Desenvolve pesquisa na busca, identificação e catalogação de fontes primárias para a História da Educação como jornais, periódicos, atas, imprensa, leis, relatos, levantamento de acervos públicos e particulares, entre outros, tendo como foco a História Local e a História das Instituições Escolares, assim como efetiva participação em cursos de Especialização (lato sensu) voltados para a formação de professores com foco na gestão, organização, planejamento, orientação e avaliação na Educação Básica.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alfabetização 61, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 113, 174, 283, 284, 335

Aprendizagem 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 16, 17, 18, 19, 23, 44, 53, 54, 58, 59, 60, 61, 64, 68, 71, 97, 102, 106, 107, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 124, 136, 141, 145, 161, 162, 166, 168, 172, 173, 177, 178, 179, 181, 182, 189, 195, 196, 198, 205, 222, 223, 230, 232, 241, 259, 262, 263, 268, 269, 275, 319, 338, 343, 348, 349, 358

C

Cidadania 28, 29, 38, 59, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 91, 93, 101, 135, 142, 143, 163, 188, 227, 229, 230, 262, 275, 283, 345, 351, 353, 357, 358, 359, 360, 361

Conceitos Vygotskyanos 1, 4

Consumo 94, 99, 100, 101, 103, 104, 295, 299, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 315, 320, 324, 325, 328, 330, 331, 332, 333, 336, 354, 359

Crianças 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 43, 47, 48, 49, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 106, 107, 108, 109, 110, 114, 123, 124, 125, 126, 130, 131, 132, 133, 142, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 161, 163, 164, 165, 166, 173, 175, 176, 177, 180, 181, 210, 217, 218, 223, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 239, 240, 261, 265, 266, 275, 276, 280, 293, 295, 325, 328, 334, 335, 336, 342, 344, 345, 346, 347, 348

Cultura Surda 184, 190, 191, 192

D

Direitos Humanos 62, 67, 72, 73, 74, 82, 84, 85, 91, 114, 121, 143, 207, 340, 341, 347, 350, 351, 352, 354, 356, 359, 361, 362

Doutores Surdos 184, 187, 188, 190

E

Educação Brasileira 66, 73, 77, 104, 187, 207, 208, 211, 212, 213, 214, 218, 219, 363

Educação de surdos 37, 39, 51, 189, 190, 191, 193

Educação do campo 159, 167, 168, 169, 170, 232

Educação e Sociedade 207

Educação Especial 12, 13, 14, 23, 35, 112, 114, 117, 118, 119, 121, 124, 126, 133, 173, 180, 182, 191, 192

Educação infantil 66, 67, 73, 75, 77, 78, 81, 84, 123, 124, 126, 127, 132, 133, 170, 182

Educando 19, 53, 54, 57, 58, 60, 89, 93, 94, 95, 223, 225, 236, 237, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245

Ensino de Matemática 172, 176, 183

Escola 1, 2, 3, 4, 5, 7, 10, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 25, 26, 33, 34, 35, 39, 45, 48, 49, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 66, 68, 69, 70, 71, 77, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87,

88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 124, 125, 126, 127, 129, 133, 144, 147, 150, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 177, 179, 180, 184, 189, 194, 196, 198, 199, 200, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 247, 248, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 267, 268, 269, 270, 272, 273, 274, 275, 277, 289, 334, 335, 339, 343, 344, 348, 358

Escrita 4, 7, 37, 38, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 57, 86, 87, 88, 179, 180, 185, 186, 189, 191, 201, 234, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291

F

Família 25, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 35, 38, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 62, 69, 72, 90, 96, 100, 107, 108, 110, 116, 121, 124, 125, 127, 133, 141, 146, 196, 201, 204, 210, 216, 267, 273, 292, 293, 294, 295, 297, 302, 303, 326, 333, 336, 342, 357, 358

G

Gênero 16, 26, 30, 36, 67, 86, 89, 142, 165, 207, 247, 250, 285

H

História da Educação 37, 103, 104, 189, 207, 208, 219, 363

Humanização 12, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 92, 227, 235, 347

I

Inclusão 1, 2, 3, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 22, 23, 45, 46, 49, 68, 70, 71, 73, 85, 91, 93, 106, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 128, 129, 130, 132, 133, 137, 172, 173, 176, 177, 181, 182, 183, 200, 202, 227, 229, 306, 317, 327, 356

Inclusão Escolar 1, 13, 14, 106, 116, 125

J

Jogo 8, 9, 58, 91, 95, 101, 103, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 210, 212, 225, 229, 238, 243, 245

L

Libras 18, 39, 40, 46, 49, 51, 53, 120, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 185, 191

Língua de sinais 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 173, 174, 175, 176, 177, 181, 182, 189, 190, 191, 192

Linguagem 1, 4, 5, 6, 7, 11, 22, 24, 27, 36, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 51, 52, 61, 64, 87, 88, 89, 93, 106, 108, 109, 175, 176, 177, 179, 185, 190, 193, 221, 222, 225, 266, 279, 280, 282, 283, 286, 288, 289, 290, 295, 302, 325

Língua Portuguesa 37, 43, 44, 45, 46, 48, 50, 51, 88, 178, 179, 180, 184, 185, 191, 258, 259, 279, 281, 285, 288, 289

M

Mediação Pedagógica 123

Movimentos Sociais 159, 160, 166, 167, 168, 170, 171, 353, 356, 362

O

Oficinas/Vivências 194, 199

P

Pessoas com albinismo 73, 75, 76, 80, 81, 82, 84, 85

Poder 9, 25, 27, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 42, 65, 68, 70, 75, 79, 80, 84, 91, 95, 99, 101, 102, 103, 114, 121, 140, 159, 161, 162, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 189, 212, 217, 227, 229, 235, 238, 239, 267, 280, 281, 282, 284, 286, 288, 294, 296, 301, 307, 313, 316, 331, 333, 341, 342, 343, 345, 347, 351, 352, 353, 356, 357

Políticas públicas 13, 14, 27, 29, 31, 32, 33, 43, 67, 73, 74, 75, 77, 81, 83, 84, 85, 104, 135, 139, 160, 169, 172, 220, 229, 231, 232, 258, 296, 331, 335, 338, 339, 341, 342, 343, 345, 346, 347, 360

Prevenção 30, 31, 32, 34, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 157, 168, 295, 322, 358

Psicologia Escolar/Educacional 194, 195, 196, 197, 205, 206

Psicologia Histórico-Cultural 12, 14, 21, 23

R

Reprodução Cultural 207, 208, 210, 211, 218

S

Serviço Social 62, 67, 68, 70, 71, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 223, 288

Sexualidade 86, 90, 92, 93, 145, 148

Surdez 38, 45, 48, 51, 173, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 191, 192, 193

T

Tecnologia 9, 53, 56, 112, 118, 119, 120, 121, 158, 249, 267, 290, 321, 328

Teoria da Reprodução Cultural 207, 208

Teoria Sócio-Histórica 194

V

Violência Intrafamiliar 25, 26, 27, 28, 33, 34, 35

Violência Sexual Infantil 145, 147, 148, 152, 156, 157

